

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ:  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO SOCIOLOGIA POLÍTICA.

ELOIZA RIBEIRO MANOEL

**A INFLUÊNCIA DO NEOLIBERALISMO NA POLÍTICA PÚBLICA  
PREVIDENCIÁRIA NA DÉCADA DE 90**

CURITIBA

2012

ELOIZA RIBEIRO MANOEL

**A INFLUÊNCIA DO NEOLIBERALISMO NA POLÍTICA PÚBLICA  
PREVIDENCIÁRIA NA DÉCADA DE 90**

Monografia apresentada, como requisito para a obtenção do grau de Especialização em Sociologia Política, ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr Sérgio Braga

CURITIBA  
2012

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço em primeiro lugar a Deus por estar sempre presente em todos os momentos da minha vida, por estar comigo nas lutas e provações e sempre nutrindo de forças para que nunca desistisse de correr atrás de meus sonhos que é a conclusão deste curso e de meus objetivos, e que continue me carregando nos braços nessa nova etapa de minha vida, amo este Deus de Abraão, Isaque e Jacó e lhe sou grata eternamente.

Agradeço , principalmente minha mãe Seli que sempre me incentivou nos estudos e estimulou a nunca desistir a ela devo está vitória, agradeço também meus irmãos Anna e José Roberto que sempre me apoiaram a continuar.

Agradeço a nossa turma que juntos convivemos por 18 meses agradeço em especial alguns colegas que dividimos mais a fundo nossas angustias e alegrias, algumas amizades que pretende levar para toda vida. E agradeço aos professores e ao meu orientador o professor Sérgio Braga.

Agradeço a todos que contribuíram para minha formação com estímulos e , apoio. Obrigada para todos nunca esquecerei um por um , agradeço a família e a Deus.

## **RESUMO**

Este trabalho de conclusão de Curso consiste em uma análise bibliográfica que tem como objetivo problematizar as transformações e a extensão da influência do neoliberalismo no modelo de previdência do Estado brasileiro na década de 90. Estas transformações são inseridas no contexto da Contra reforma do Estado e ajustes neoliberais, e será avaliado quais as consequências dessa ideologia no modelo previdenciário.

**Palavra-chave:** Neoliberalismo, previdência, Reforma do Estado, Governo FHC, ideologia

## **SUMÁRIO**

INTRODUÇÃO.....	06
CAPÍTULO I .....	11
1.0 ESTADO NEOLIBERAL .....	11
1.1 IDEOLOGIA E LIBERALISMO: CONCEITOS BÁSICOS.....	16
CAPÍTULO II.....	20
2. REFORMA DO ESTADO NO GOVERNO FHC: INFLUÊNCIA NAS POLITICA SOCIAIS .....	20
CAPÍTULO III .....	25
3. INFLUÊNCIA DO NEOLIBERALISMO NAS POLITICAS PREVIDÊNCIARIAS.....	25
3.1 REFORMA DA PREVIDÊNCIA: EMENDA Nº 20 DE 1998 .....	31
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	36
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	38

## INTRODUÇÃO

O tema proposto é o Estado Neoliberal , tal tema tem a intenção de aprofundar e analisar a influência de uma corrente ideológica no Estado e especificamente na política previdenciária delimitando a década de 90, não se tem a intenção de caracterizar o Neoliberalismo como uma ideologia positiva ou negativa para condução das ações do Estado em relação as legislações e políticas previdenciárias , mas observar as principais influências, principais alterações , se o neoliberalismo conseguiu atingir sua plenitude ideológica ou se sua influência foi apenas limitada em determinadas questões. A década de 90 foi escolhida por ser uma época em que o Estado Neoliberal estava em pleno desenvolvimento principalmente nos países da América Latina , que implantaram o receituário estabelecido no Consenso de Washington em suas economias e políticas sociais, tendo como foco principal em nosso estudo a previdência social brasileira, que faz parte do tripé da Seguridade Social garantindo na Constituição de 1988.

O referido tema como discutido anteriormente tem como objeto de estudo o “Estado Neoliberal na política previdenciária nos anos 90”, analisando esse determinado período de tempo, esta política social essencial para sociedade brasileira, avanços ou retrocessos decorrentes de tais ações estatais , sem focar como dito anteriormente se a influência neoliberal foi maléfica ou benéfica a previdência social, mas sim analisar como se deu a Reforma da Previdência e focar nos principais fatores que levaram o Estado enfocando com prioridade as ações do governo Fernando Henrique Cardoso ( 1995-2002) a adotar uma determinada postura ideológica influenciando as ações das políticas sociais em especial a previdenciária , traçando um balanço e um panorama das políticas previdenciárias implantados principalmente a partir de 1995.

O tema tem como problematização “Quais as influências da ideologia neoliberal apreendida pelo Estado Brasileiro na Reforma da Previdência na década de 90?”.

Tem por objetivo geral analisar como se realizaram as ações do Estado Brasileiro nas políticas previdenciárias sob influência do Neoliberalismo na década

de 90, e por objetivos específicos as seguintes variáveis: Refletir sobre quais fatores determinaram que o Estado Brasileiro se influenciasse com ideologia neoliberal em suas ações estatais principalmente interferindo nas políticas públicas previdenciárias; Analisar a política previdenciária e quais ações foram realizadas pelo Estado na década de 90 , principais reformas previdenciárias realizadas , principais mudanças na legislações; Realizar um balanço sobre as mudanças promovidas pelo Estado brasileiro e os avanços e retrocessos ocorridos nas políticas previdenciárias na década de 90. .

Essa pesquisa justifica-se pela necessidade de perceber quais as influências que uma ideologia hegemônica tem sob a ação do Estado Moderno Brasileiro em uma determinada época, analisando a condução da ação estatal e fatores que influenciam suas ações , se é importante e relevante para a população tal interferência ideológica nas políticas sociais. Percebendo o passado e analisando os acontecimentos teremos parâmetros para compreender o presente e planejar de forma responsável o futuro.

A referida pesquisa dentre tantas outras políticas sociais estabelecidas na constituição de 1988 teve como foco a previdência social por ser um sistema de proteção social ao trabalhador brasileiro como garantido na Constituição de 1988 , que foi reformulada na década de 90 , devido a mudança na reestruturação produtiva da sociedade brasileira , as flexibilizações trabalhistas, o aumento do mercado informal , o desemprego estrutural e outras influências da ideologia neoliberal que interferiram na previdência social através da Reforma da Previdência , segundo COHN “ Com essa reforma, a previdência social, após ter sido alçada ao estatuto de seguridade social em 1988, retrocede por iniciativa do governo à concepção de seguro social” (1999:185), justifica-se a pesquisa analisando a influência do neoliberalismo, nas ações estatais sob a previdência social e balanço dos avanços e retrocessos das ações do Estado Neoliberal na previdência social.

A referida pesquisa apresenta-se para retomar o assunto referente ao Estado Neoliberal e suas ações principalmente na Previdência para conhecimento de profissionais principalmente da área da previdência, para acadêmicos que se interessem pelo assunto Neoliberalismo e suas ações nas políticas sociais e que se interessem por assuntos previdenciários, importante para os aposentados e trabalhadores que contribuem para previdência social para melhor compreensão da

dinâmica no sistema previdenciário e sua fragilidade frente a uma ideologia hegemônica, em meio a este contexto na década de 90, a previdência na atualidade ainda é uma política essencial para sociedade brasileira .

Desejamos que esta pesquisa possa contribuir para análise e ampliação de propostas e intervenções sobre previdência social e fortalecendo o debate acadêmico e estimulando maior produção literária sobre o referido assunto .

. A proposta do projeto é analisar os fatores que influenciaram o Estado a adotar princípios da ideologia neoliberal nas políticas previdenciárias na década de 90, em especial no governo FHC na qual ocorreu as principais transformações. Sendo justificado a pesquisa para refletir os fatores que levaram o Estado a aprofundar na ideologia neoliberal, principais ações ocorridas na previdência e balanço geral do que os principais teóricos consideram com avanços e retrocessos da influência neoliberal na previdência da época.

Sendo abordados alguns teóricos que escreveram sobre neoliberalismo e outros que abordaram a previdência e ações do governo FHC. Será abordado sobre o autor Emir Sader e Pablo Gentili (1995) que discorrem sobre o neoliberalismo que interferiu nas políticas sociais nos anos 90 , sendo uma crítica a esta ideologia e tendo como perspectiva a superação do estado neoliberal , ocorrendo um balanço realista de sua influência e sua superação. Embora não tenhamos o objetivo de criticar ou elogiar a ideologia considero importante inserir o ponto de vista de autores críticos a ideologia, para que possamos ter um parâmetro.

Será focado de forma breve alguns livros direcionados ao Serviço Social que realizam articulação com a previdência e que considero importante, além de trechos da legislação tais como Constituição de 1988, Lei 8213/91 , a Emenda Constitucional nº 20/1998, 9.876/99 que dispõe sobre contribuição individual e a lei 3048 de 1999 legislações que dispõe sobre a previdência dentre as quais algumas que fizeram parte da Reforma da Previdência.

Será exposto alguns artigos, teses e dissertações que promovam debate sobre os assuntos debatidos na pesquisa sendo relevante a pesquisa de Amélia Cohn(1999) que busca fazer um relato analítico das ações do governo FHC nas políticas sociais e do artigo de José Celso Cardoso que faz um balanço da Reforma do Estado e desregulamentação do trabalho no Brasil nos anos 90 . Serão utilizados

vários artigos para construção da pesquisa e será abordado a implantação do Neoliberalismo no Brasil e sua apreensão pelo Estado Brasileiro segundo a tese de Santos (2008, pág 3) :“ Esta tese aborda as disputas em torno do processo da Reforma da Previdência Social e identifica que foram orientadas pela formação de um discurso embasado na racionalidade econômica” analisar influência do fator econômico sobre a Reforma.

A metodologia empregada na pesquisa será predominantemente histórica , para compreender quais fatores levaram o Estado adotar ideologia Neoliberal na previdência , sendo necessário entender como se deu o processo histórico do Neoliberalismo desde o Liberalismo Clássico que teve seu auge no séc. XIX, e início do séc. XX e o fortalecimento do Neoliberalismo a partir da década de 70 após um breve período de Estado de Bem Estar Social , o fortalecimento da ideologia nos governos Pinochet, Thatcher e Reagan, o Consenso de Washington receituário seguido por alguns países na América Latina com foco na década de 90, concomitantemente será utilizado uma abordagem teórica com definição de conceitos e diálogos entre os autores para analisar e refletir porque , quais os motivos, que fator determinante foi propício para a influência do neoliberalismo no Estado Brasileiro.

Para compreendermos a Reforma da Previdência, quais as mudanças significativas e para realizarmos um balanço dos avanços e retrocessos será necessário em nossa pesquisa uma abordagem histórica da previdência deste seu início com Bismarck e suas caixas de pensões, o Plano Beveridge na Inglaterra que foi a construção da previdência atual ,a Lei Eloy Chaves em 1923 no Brasil , as legislações no decorrer do tempo, conquistas até a década de 90 , na qual será nosso foco, analisando o que era a previdência no passado e o que se transformou com a reforma, realizando um comparativo para analisarmos o balanço de avanços e retrocessos e utilizando de maneira minoritária a abordagem teórica para analisarmos da comunidade acadêmica quais as análises realizadas por eles em relação a Reforma da Previdência, para que de forma científica possamos responder nossos objetivos específicos e a problematização de nossa pesquisa.

Concluindo o objetivo da pesquisa é ser predominantemente abordagem histórica segundo Silva e Menezes (2001:38 ) “busca recuperar a evolução de um conceito, tema, abordagem ou outros aspectos fazendo a inserção dessa evolução

dentro de um quadro teórico de referência que explique os fatores determinantes e as implicações das mudanças” utilizando para o enriquecimento de nossa pesquisa a abordagem teórica segundo Silva e Menezes (2001: 37) “insere o problema de pesquisa dentro de um quadro de referência teórica para explicá-lo. Geralmente acontece quando o problema em estudo é gerado por uma teoria, ou quando não é gerado ou explicado por uma teoria particular, mas por várias” . A pesquisa em questão é predominantemente descritiva e bibliográfica.

Os possíveis resultados que são esperados no final da pesquisa é para refletirmos se os conceitos e idéias de uma ideologia hegemônica no caso o Neoliberalismo ao ser apreendido pelo Estado é benéfico ou não para sociedade percebendo isto através da análise dos avanços e retrocessos da Reforma da Previdência. Esperamos analisar se a Reforma da Previdência foi um avanço para os aposentados e trabalhadores brasileiros .

Esperamos com esta pesquisa sensibilizar a comunidade acadêmica para uma maior literatura sobre o tema , para através de tais análises possamos propor ações na área da previdência e para alertamos sobre a influência de uma corrente ideológica nas ações estatais se estão de acordo com o momento atual da sociedade ou se atende apenas interesses de um pequeno grupo sem considerar as necessidades da sociedade em geral, como havia comentado no início a pesquisa não tem objetivo de criticar ou elogiar o uso de uma ideologia nas políticas públicas e sociais , mas observar se atende os interesses da sociedade, se traz avanços ou se leva ao retrocesso , através de uma análise sociológica , analisando a influência do neoliberalismo na previdência.

Considero que a influência do neoliberalismo nem sempre atende os interesses da sociedade e sim de um pequeno grupo econômico, que restringe avanços sociais em nome do desenvolvimento e da economia, porém no decorrer da pesquisa através da análise histórica e literatura de outros autores essa concepção inicial pode ser confirmada ou totalmente alterada , que de uma afirmação que exponho puramente do senso comum possa através de uma pesquisa científica analisar de forma metodológica e acadêmica a influência do neoliberalismo, se os fatores que influenciaram o Estado foram realmente necessários serem tomados, se a Reforma da Previdência foi amplamente alterada ou apenas em algumas partes , o que acarretou a sociedade , tendo a intenção de demonstrar o grau de vinculação

entre o Estado e o Neoliberalismo, se esses laços foram frágeis ou fortalecidos principalmente na década de 90 que foi a época em que o receituário do Consenso de Washington foi implantando nos países da América Latina, esperamos perceber em que grau foi utilizado este receituário no Brasil, principalmente no governo Fernando Henrique Cardoso que mais ênfase deu a economia em detrimento do social. A referida pesquisa tem por objetivo analisar quais as principais influências do neoliberalismo na política previdenciária brasileira nos anos 90, iremos conceituar e discorrer sobre conceito de neoliberalismo e analisar o governo FHC ( 1995-2002) para que possamos entender quais fatores, motivações foram importantes a adoção de políticas neoliberais nas políticas públicas brasileira, em seguida iremos abordar sobre a Reforma da Previdência.

## **CAPITULO I**

### **1. O ESTADO NEOLIBERAL**

Para compreendermos como se deu a Reforma da Previdência, precisamos compreender a questão ideológica e a política de governo que se encontrava em voga nos anos 90 , devemos compreender a história desta ideologia que foi dominante nesta referida década. Para Therbon “O neoliberalismo é uma superestrutura ideológica e política que acompanha uma transformação histórica do capitalismo moderno” ( Sader 2008 pág 39) .

O neoliberalismo surgiu após a II Guerra , uma clara reação ao Estado Interventor , com a crise nos anos 70 ganhou força esta ideologia e nos anos 80 com Reagan e Tatcher acentuou a política de reformas liberais, não somente nestes governos mas se estendeu para alguns países do mundo “ Os anos 80 assistiram o triunfo mais ou menos incontestado da ideologia neoliberal nesta região de capitalismo avançado”( Anderson 2008 pág 12 in: Sader ) . A queda do Muro de Berlim foi dos atos simbólicos que marca o fim do socialismo real e com um capitalismo forte e aprofundamento da globalização foi reforçando uma ideologia , que já havia sido colocado em prática por Reagan, Thatcher e Pinochet nas décadas

de 70 e 80. O neoliberalismo passa ser um norteador como se deve governar, o Estado passa a ser considerado um problema, um inimigo a ser diminuído com medidas que visavam a redução desse Estado que não passava a ser mais provedor e sim apenas regulador sem interferir nas atividades da iniciativa privada, este sim o grande propulsor da economia e que irá trazer bem estar e felicidade as nações. As políticas sociais são vistas como atitudes arcaicas do governo que iriam estimular a acomodação da sociedade, símbolos do populismo, paternalismo e assistencialismo.

O neoliberalismo ganhou força devido a globalização econômica, pois facilitava o processo de integração entre países e ao mesmo tempo ocorria a fragilização dos Estados e da soberania nacional. O neoliberalismo tem sua gênese no liberalismo clássico defendidos por Adam Smith em seu livro A Riqueza das Nações, que abordava a livre iniciativa econômica e o individualismo, sendo que o liberalismo econômico é a fonte do pensamento neoliberal e o monetarismo é a política econômica do neoliberalismo. Esta pesquisa procura não ser contra nem a favor da ideologia neoliberal porém tecer como se desenvolveu e quais foram seus resultados tanto os negativos quanto os positivos a luz da literatura dos autores que escreveram sobre tal assunto.

Segundo Negrão (1998 pág 20) ele aborda que um dos ícones do neoliberalismo Hayek que pertencia a escola de Von Mises “lastimava a intervenção governamental na produção e distribuição” e lamentava o abandono dessa “liberdade de ação econômica sem a qual a liberdade política e social jamais existiriam no passado”, ou seja o Estado não deveria intervir nas atividades mercantis, permitindo que a iniciativa privada tenha liberdade para planejar, executar suas ações. Para Hayek “a concorrência é a melhor forma de coordenação de tal sociedade, já que a ninguém é dado avaliar todas as diferentes motivações que os indivíduos levam em conta em suas decisões” (in Negrão: 98 pág 21), para os neoliberais os indivíduos buscam o crescimento através da meritocracia, e por esta busca de sucesso econômico através do trabalho que a sociedade alcançaria o bem estar, não pelo coletivo mas pelo espírito de competição, de busca pela ascensão pessoal e social.

Para Negrão (1998 pág 32) um dos eixos fundamentais do neoliberalismo “é a privatização de empresas e serviços estatais. O Estado é considerado geneticamente ineficiente e por isso deve ser reduzido em tamanho, papéis e

funções, além de estar sujeito a interferências políticas e pressões considerados particularistas ou corporativistas”.

O período de Welfare State trouxe avanços sociais importantes, direitos trabalhistas e sociais que garantiram a cidadania da população, porém com a crise nos anos 70, culpou-se o Welfare State pela excessiva proteção social, sendo necessário impor limites à democracia, no momento da crise ressurgem as ideias neoliberais que pregavam a redução dos direitos sociais, dos direitos dos trabalhadores como forma de maior eficiência do Estado e facilidade na gestão em troca o neoliberalismo propõe maior eficiência, competência e crescimento econômico, sendo formulado um receituário que serviu de base para diversos países denominado Consenso de Washington.

O consenso de Washington, de 1989 onde reuniu diversos economistas, funcionários do FMI, do BID e do governo norte-americano, alinhavou os 10 pontos que foram consensuados no encontro entre os participantes que foram resumidas nos seguintes pontos:

disciplina fiscal, através da qual o Estado deve limitar seus gastos à arrecadação; focalização dos gastos públicos em educação, saúde e infraestrutura; reforma tributária que amplie a base sobre a qual incide a carga tributária, com maior peso nos impostos indiretos e menor progressividade nos impostos diretos; liberalização financeira, com o fim de restrições que impeçam instituições financeiras internacionais de atuar em igualdade com as nacionais e o afastamento do Estado; taxa de câmbio competitiva; liberalização do comércio exterior, com redução de alíquota de importação e estímulo à exportação, visando a impulsionar a globalização da economia; eliminação de restrições ao capital externo, permitindo investimento direto estrangeiro; privatização, com venda de empresas estatais; desregulação, com redução da legislação de controle do processo econômico e das relações trabalhistas; propriedade intelectual. (Negrão 199 pág. 41,42)

Estas recomendações foram políticas de governo em menor ou maior intensidade principalmente entre líderes da América Latina, que basearam nestas 10 fundamentos para suas políticas econômicas e sociais, muitos países que desejassem dinheiro emprestado do FMI eram obrigados a seguir tais recomendações, o que era um consenso acadêmico acabou sendo imposto por agências internacionais. Tal consenso influenciou na política focal de nossa pesquisa na Reforma Previdência no Brasil e nas políticas previdenciárias, em grande parte houve tal necessidade devido à reestruturação do mercado de trabalho, flexibilização das leis trabalhistas e diversas pessoas foram para o mercado informal

diminuindo as contribuições previdenciárias e o risco de déficit e a ameaça de quebra da previdência que se baseia no seguro social.

Uma das condições que favoreceram o neoliberalismo foi na América Latina foi o relativo sucesso desta experiência no Chile de Pinochet, sendo o país pioneiro do ciclo neoliberal, Pinochet iniciou suas medidas duras tais como “desregulação, desemprego massivo, repressão sindical, redistribuição da renda em favor dos ricos, privatização dos bens públicos” segundo Anderson 208 pág. 19 citado por Sader, porém o neoliberalismo surgiu nos demais países latinos para combater a hiperinflação que assustava a maior parte destes países. Sendo que esta ideologia prevaleceu tanto em regimes democráticos como autoritários de Pinochet, no Brasil a alta inflacionária permitiu o florescimento da ideologia neoliberal nos idos dos anos 80, o que permitiu menos resistência popular, “uma conjuntura hiperinflacionária fornece o caldo de cultura adequado para o avanço neoliberal” (Sader 200 pág :32), ou como diz Sader “O neoliberalismo na América Latina -como na Europa- é filho da crise fiscal do Estado”( 2008 pág. 35), ou seja quando o Estado é incapaz de resolver problemas, dar respostas satisfatórias a população, a ideologia neoliberal tem terreno fértil para penetrar sem grandes resistências, porém segundo Salama “as duas conseqüências mais graves das políticas de ajustes neoliberal, em quase todos os países, mas sobretudo na América Latina, foram: a ampliação das diferenças sociais e a quebra do aparato industrial” (Sader 2008 pág 51)

As principais influências do neoliberalismo no Brasil pode ser analisado a partir dos anos 90 com a abertura econômica ao capital estrangeiro pelo então presidente Collor, o contexto é oriundo do regime ditatorial e do aumento do poder do sindicato principalmente no ABC Paulista culpado pelos neoliberais da crise que o Brasil sofreu nos anos 80 e pela inflação desenfreada, segundo Negrão( 1998 pág 50) “é no período Collor que efetivamente se torna a ideologia dominante entre os setores do capital, os partidos políticos conservadores e o centro do espectro político, da grande imprensa brasileira e mesmo de setores significativos do pequeno e médio empresariado, e especialmente da parcela do movimento organizado dos trabalhadores identificada com a central Força Sindical”, a década de 90 teve forte influência neoliberal porém contraditoriamente foi a década que se aprovou políticas sociais importantes como ECA(Estatuto da Criança e do Adolescente), LOAS(Lei Orgânica da Assistência Social), Política Nacional do Idoso, SUS(Sistema único de

Saúde) entre outros. Porém todas as políticas sociais nesta época tiveram forte influência neoliberal no sentido de fragmentação dos programas sociais e focalização nos mais miseráveis, dificultando o exercício da plena cidadania de usufruir de seus direitos sociais, Collor centrava no discurso da modernidade como “Abertura da economia ao capital externo; reforma do Estado com diminuição do seu papel e ampliação do espaço das relações de mercado através de privatização de empresas estatais e liberalização do comércio exterior”( Negrão: 1998 pág 50). Collor colocou seus ideais em prática conforme o receituário do Consenso de Washington, como uma reforma administrativa, extinguiu órgãos estatais, suspendeu vantagens ao funcionalismo público e a demissão destes.

O governo FHC permaneceu na mesma linha de pensamento neoliberal porém com centralização na necessidade de estabilização da moeda e do controle de processo inflacionário com visão monetarista da economia sendo necessário reformas estruturais como “Previdência Social, reforma administrativa e fiscal além do aprofundamento do processo de privatização das empresas estatais e da atração de recursos externos. Assim, mais enxuto, o Estado brasileiro sairia da crise e retomaria o crescimento econômico”(Negrão 1998 pág. 69). Tanto o governo Collor quanto o de FHC seguiam os princípios do Consenso de Washington que foi predominante na década de 90 influenciando em cada instituição, estrutura, políticas sociais e econômicas. Estas reformas tinham como principal motivo abrir espaço para o capital estrangeiro como em um discurso de FHC em 1995 :

as reformas são a continuidade daquilo que o País deseja, e não buscam pura e simplesmente ajustar o aparelho do Estado. O cenário apontado para não aprovação das reformas é trágico: sem as reformas, dificilmente, eu poderia afirmar que o caminho está desimpedido para a estabilidade econômica. Sem as reformas, eu dificilmente poderia afirmar que nós temos condições de acabar com o clientelismo e limitar o corporativismo à sua área legítima que é a defesa de interesses corretos daqueles que trabalham num ou noutro setor. Sem reformas, eu não terei condições de dizer que as pessoas no futuro terão também uma garantia de aposentadoria digna, que é uma aspiração correta de todos os brasileiros. Sem reformas nós não teremos condições de afirmar que o crescimento econômico, que agora se verifica, será sustentável, porque haverá sempre empecilhos à atração de recursos privados, porque haverá sempre empecilhos à atração de recursos privados, que são hoje necessários para que possamos ampliar nosso investimento, para que nós possamos continuar transformando a infraestrutura da nossa economia e para que possamos assegurar o que é fundamental para os brasileiros: mais empregos e melhores salários.(Negrão 1998 pág. 79-80)

Através deste discurso logo no primeiro ano de governo de FHC podemos observar como será direcionado todo seu mandato visando reformas administrativas sob influência do neoliberalismo. Teve como pilar de seu governo o Plano Real política de estabilização da moeda, já iniciada no governo Itamar Franco, na qual se baseava na valorização do real perante o dólar.

A precarização das relações trabalhistas, colocou em risco o sistema previdenciário, pois os contribuintes habituais que estavam na situação de empregados, nessa política neoliberal tornam-se desempregados e autônomos, pois o mercado de trabalho não tem como absorver toda a população, inclusive com o desenvolvimento da tecnologia que substitui mão de obra humana por máquinas e robôs. Sendo que a Reforma se fazia urgente devido o contexto e influência das políticas neoliberais nos países latino americanos. Porém para entender este Estado Neoliberal é imperativo compreender sua ideologia e origem.

### **1.1 IDEOLOGIA E LIBERALISMO : CONCEITOS BÁSICOS**

Para devida compreensão de como o Estado foi influenciado por modelos, símbolos e ideologias é necessário entender o que significa ideologia e em seguida liberalismo que é um dos fundamentos da ideologia neoliberal. Quando é usado o termo ideologia geralmente tem aspecto negativo tais como ideologia comunista, ideologia neoliberal, ideologia socialista como uma idéia que se impõe, seguindo um sistema de valores e normas “a ideologia está presente em qualquer programa político e é uma característica de qualquer movimento político organizado” (Thompson 1995 pág. 34), seja de esquerda, de centro e de direita, os governantes aplicam suas ideologias em sua forma de governar, um governo de esquerda tem a tendência em investir em programas de bem estar social e investem em gastos públicos e sociais visando fortalecer o papel do Estado e o desenvolvimento social, já um governo de direita é mais conservador, diminuindo os gastos sociais e valorizando o crescimento econômico com estabilidade, valorizando o mercado em detrimento do Estado forte, mas ambos seguindo suas ideologias, que já estão inseridas em seus programas partidários.

Segundo Thompson “ideologia para Marx, é um sintoma de uma doença, não a característica normal de uma sociedade sadia e muito menos uma medicina para

cura social”( 1995 pág. 62), ou seja a sociedade recorre a ideologias para conseguir amenizar conflitos e dificuldades, quando uma sociedade com alta na inflação e economia descontrolada tem a tendência de colocar governantes mais conservadores e menos radicais, porém para Marx não é a solução dos males sociais, “não há no trabalho de Marx de que a ideologia seja um elemento positivo , progressivo ou inevitável da vida social como tal. Ideologia para Marx é uma doença, não a característica de uma sociedade sadia”(Thompson 1995 pág. 62) , embora o próprio marxismo tenha se tornado uma ideologia após a morte de Marx, “embora não produzido espontaneamente pelo proletariado o socialismo é uma ideologia do proletariado no contexto de luta de classes”(Thompson 1995 pág. 63), a ideologia se materializa com os “ismos” socialismo, conservadorismo, neoliberalismo, radicalismo , marxismo entre outros, porém a ideologia vai muito além dos ismos.

Porém há várias formas de concepção de ideologia segundo Thompson “a ideologia pode estar presente, por exemplo, em qualquer programa político, independentemente de estar orientado para revolução ou a reforma, independentemente de desejar a transformação ou a preservação da ordem social... “A ideologia pode ser necessária tanto para manter submissos os grupos , em sua luta contra a ordem social , como para os grupos dominantes, na sua defesa do status quo ”(1995 pág 72-73) .

Direcionando para a pesquisa , os governantes da década de 90, se utilizaram de ideologias neoliberais para justificar reformas e privatizações, amenizando tais atitudes, através de um consenso midiático de que tais reformas seriam benéficos para sociedade, por ser necessário um Estado Mínimo, legitimando tais argumentos tendo auxílio da mídia para propagação desta ideologia neoliberal que se tem como bases o princípio liberal de sociedade.

Os fundamentos do neoliberalismo está baseado no liberalismo clássico do séc XIX , tendo como grandes autores Adam Smith e John Locke, que no contexto criticavam o poder absolutista do Estado e pregava a liberdade individual, sendo que a pedra fundamental é o livro a Riqueza das Nações de 1776. Segundo Nunes e Silame “O liberalismo se apresenta como a corrente teórico-ideológica hegemônica da atualidade, que baliza uma série de governos democráticos e pensadores modernos” (2007 pág. 66) e o liberalismo tem algumas premissas:

Podemos destacar como premissas gerais da primeira corrente as seguintes proposições: (1) o indivíduo precede a sociedade política – noção atomizante de indivíduos; (2) este mesmo ator atomizado é visto como movido por interesses, competitivo e pluralista; concepção mercadológica transportada para a análise política; (3) os indivíduos se relacionam com os governos através da representação política; representantes recebem poder delegado de uma massa de indivíduos; e (4) a democracia, enquanto sistema de governo, deve ser entendida como um Estado de Direito, ou seja, o que importa é a legalidade e não a legitimidade dos governos – o sistema jurídico-político deve ser visto do ponto de vista instrumental, metodológico, como forma de selecionar elites políticas para o exercício do poder.(NUNES E SILAME 2007 pág. 66-67).

O liberalismo tem enfoque na questão da liberdade do indivíduo, sendo que é contrário a intervenção excessiva do Estado e ao sistema de proteção social estatal como exposto na Constituição de 1988, para Nunes e Silame “A concepção de liberdade defendida pelo liberalismo é chamada de liberdade negativa. Tal idéia remete à noção de que os indivíduos não devem sofrer qualquer tipo de intervenção nas suas vidas privadas para que sejam considerados livres”( 2007: pág. 68), ou seja um sistema previdenciário na qual o cidadão seja obrigado a contribuir num sistema de regime geral imposto pelo poder estatal é falta de liberdade para os liberais , o sistema previdenciário ideal seria de capitalização onde o indivíduo decide se irá contribuir ou não para previdência escolhendo se irá assegurar seu futuro contribuindo , ou irá se preocupar com seu presente deixando de contribuir, os liberais não vêem com bons olhos o sistema previdenciário brasileiro, que vai de encontro a sua ideologia.

Para Nunes e Silame “ Locke, um dos primeiros pensadores do liberalismo, concebe a questão da liberdade negativa como uma forma de restringir a ação do Estado. Este deve existir apenas para garantir a vida, a liberdade e a propriedade dos indivíduos” ( 2007pág 69), quando menos intervenção estatal melhor para o cidadão segundo os liberais, conforme sua ideologia, seu papel social na sociedade.

John Locke foi um dos precursores do liberalismo clássico que começou a ser empregado no séc. XIX em meio a época do fortalecimento da Revolução Industrial acontecida na Inglaterra e que se espalhava mundialmente.O mundo não era mais dominada pela nobreza como era no tempo do absolutismo, época em que os monarcas dos Estados Nacionais tinham poderes absolutos , esse absolutismo passa a ser contestado por diversos pensadores iluministas entre os quais Rousseau, Voltaire, Montesquieu, Diderot e o próprio Locke , sendo que este último

já influenciado pelas idéias da burguesia que estava em situação de hegemonia pregava a liberdade para que o indivíduo pudesse ser livre sem intervenção estatal “A doutrina de que o poder vem da representação acha-se formulada pela primeira vez em Locke, razão pela qual se lhe atribui a formulação originária do liberalismo, embora essa denominação não tivesse aparecido em seu tempo. O termo *liberalismo* começou a ser empregado no século XIX”(Paim et al pág. 08).

A sociedade do séc. XVIII e XIX questionava a organização do Estado Nacional, tendo como principais influências a Reforma Protestante, o racionalismo, o iluminismo, as revoluções industriais e francesa entre outras. A liberdade é exaltada como um objetivo a ser conquistado, o direito civil de ir e vir, de votar e ser votado, de participar das questões do Estado como um cidadão de forma democrática e que todos são iguais perante a lei.

Porém a idéia democrática não estava universalizada ou seja um direito de todos como segundo Paim :

A idéia democrática ainda não estava em sua cogitação como possibilidade universal, ou seja, o governo de todos. O liberalismo seria extensivo apenas à cidadania. Assim, este viria a ser um conceito-chave no processo de democratização do ideário liberal, ao postular-se que o acesso à cidadania dar-se-á por outros meios além da propriedade. Mas este já seria um problema do desenvolvimento posterior da doutrina liberal. (PAIM et al pág. 25).

O liberalismo se mantém fortalecido até o momento da crise de 1929 quando os países como Europa e EUA após vivenciarem duas Guerras Mundiais são influenciadas pelo keynesianismo e entra em uma fase de Estado de Bem estar Social e ao mesmo tempo havia o fantasma do socialismo e idéias comunistas rondando os países capitalistas, avançando neste período diversos direitos sociais, porém com a crise do petróleo na década de 70, surge uma nova ideologia com a nomenclatura de neoliberalismo, é uma forma de resgatar os ideais do liberalismo clássico e avança pelo mundo durante mais de três décadas, inclusive no Brasil com mais ênfase na década de 90 no governo Collor e FHC.

Segundo Figueiras “ O Brasil foi o último país da América Latina a implementar um projeto neoliberal. Tal fato deveu-se, de um lado, à dificuldade de soldar os distintos interesses das diversas frações do capital” (pág. 181). Essa demora se deve à intensa mobilização da classe trabalhadora na década de 80 tal como ascensão dos movimentos sociais destacando o MST (Movimento dos

Trabalhadores Sem Terra) e da CUT(Central Única dos Trabalhadores), esse avanço social fez com que a classe dominante dividida se unisse em torno do projeto neoliberal e isso foi possível com a ascensão de Collor :

No entanto, a mobilização política dos trabalhadores, ultrapassando os limites do economicismo –cuja expressão maior foi a construção de um partido político de massa–, ao ameaçar o poder das classes dominantes, porém não conseguindo tornar hegemônico seu projeto nacional, democrático e popular, acabou possibilitando, em determinado momento (a partir da eleição de Fernando Collor em 1989), à unificação das diversas frações do capital em torno do projeto neoliberal, mesmo com idas e vindas, contradições e disputas internas, em virtude do temor das mesmas de perderem o controle político da sociedade.(Filgueiras pág 181).

Começava na década de 90 grandes transformações seja no âmbito nacional como mundial, tais como a supressão dos movimentos sociais e fragmentação das políticas sociais, a posse do primeiro presidente eleito com voto direto, a globalização, implantação do Consenso de Washington, reformas do Estado entre as quais a da previdência em 1998, que será abordado no último capítulo.

## **CAPITULO II**

### **2. .REFORMA DO ESTADO NO GOVERNO FHC: INFLUÊNCIA NAS POLITICAS SOCIAIS**

Este referido capítulo tem por objetivo trazer um resgate histórico e as principais ações do governo FHC avanços e retrocessos nas políticas sociais e em especial na política previdenciária. Nos entre as décadas de 80 e acentuando nos anos 90 houve uma onda liberalizante da economia sob influência de países desenvolvidos como EUA e Inglaterra , para que o capital fluísse livremente sendo parte do processo de globalização , ocorrendo uma ação forte de organismos unilaterais como FMI (Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial conforme relatado pela autora “iniciou se nos anos 1980 e resultou da ação concertada dos organismos multilaterais, como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, que defendem que essa abertura contribuirá para fortalecer os sistemas financeiros domésticos, tornando-os menos sujeitos a crises, e para dinamizar e aprofundar os mercados financeiros, sobretudo o mercado de capitais, que permanece bastante

incipiente.”(FREITAS et all 2001 pág. 81) .

Para que o sistema financeiro pudesse ter mais espaços era necessário reformas estruturantes principalmente nas políticas sociais que conforme a ideologia neoliberal era uma despesa , um entrave ao desenvolvimento do capital que necessitava de liberdade para crescer e desenvolver. Ocorrendo neste período aumento dos bancos estrangeiros nos países latinos americanos. A abertura do mercado nacional ao mercado externo trouxe avanços e retrocessos ao Brasil segundo Freitas et All (2001 pág. 105) “abertura financeira não teve os efeitos benéficos propalados pelos seus defensores. Mas, em contrapartida, contribuiu para o aumento da vulnerabilidade externa do país ao estimular o crescimento da dívida externa securitizada “, ou seja houve um aumento da vulnerabilidade externa do Brasil diante de demais países, ocasionado vulnerabilidade as crises e oscilações do mercado financeiro e refletindo no Brasil na forma de desempregos, baixos salários , baixo poder de consumo .

Quando se pensou na Reforma do Estado a proposta era realizar um Estado Mínimo no Brasil , com pouca intervenção estatal somente no papel de regulador conforme a ideologia neoliberal conforme defensores da Reforma do Estado eram uma resposta as crises econômicas “ Entretanto , quando, nos anos 90, se verificou a inviabilidade da proposta conservadora de Estado Mínimo, estas reformas revelara sua verdadeira natureza: uma condição necessária da reconstrução do Estado para que este pudesse realizar não apenas suas tarefas clássicas de garantia da propriedade e dos contratos , mas também seu papel de garantidor dos direitos sociais e de promotor da competitividade “(Pereira 1997 pág. 7). O Estado estaria trabalhando a favor do capital garantindo seus interesses e contratos , trazendo estabilidade ao país e segurança aos investidores .

A Reforma do Estado trouxe mudanças institucionais como os processos de privatizações , transformar uma empresa estatal em privada co objetivo que o poder estatal tenha menos gastos com a máquina pública ,a publicização, a terceirização repassar serviços estatais de apoio ao setor privado , sendo criado novas instituições tais como institutos, fundações , autarquias de direito privado. A Reforma do Estado é vista por diversos autores como diminuição do Estado segundo Bresser ministro no governo FHC “Aos poucos foi-se reconhecendo que o Estado não deve executar diretamente uma série de tarefas. Que reformar o Estado significa , antes de mais nada, definir seu papel, deixando para o setor privado e

para o setor público não -estatal as atividades que não lhe são específicas”(Pereira 1997 pág 22) .

Concluindo o Estado segundo os defensores da Reforma deveria regular e administrar serviços essenciais , concedendo a iniciativa privada serviços não essenciais ou que não exijam monopólio estatal, porém com regulação e algumas situações . Porém estas Reformas Administrativas impactaram fortemente nas políticas sociais preconizadas na Constituição de 1988, que abordaremos a seguir.

Nos anos 70 ainda estava em vigor na ideologia na sociedade o Estado de Bem estar Social baseada nas idéias keynesianas que Estado deve regular as instituições e ser promotor da economia e das ações sociais , porém com o advento da ideologia neoliberal e crises freqüentes ocorridas nesta década, as idéias liberais ganham cada vez mais força , influenciando os Estados Nacionais. O toyotismo ganha força nas indústrias e na forma de produção, ocorrendo mudanças no mundo do trabalho e por conseqüência no sistema previdenciário, o que está diretamente relacionado com a globalização da economia. Porém a responsabilidade do Estado com as políticas sociais tornam -se preocupantes “ É neste cenário que são engendradas iniciativas de Reforma do Estado e nem todas buscarão resgatar a legitimidade do Estado, a partir das exigências sociais, mas tentarão criar as condições para que a globalização da economia se materialize” (Costa pág, 02). Nem sempre os anseios sociais serão levados em consideração no processo de Reforma que tem como foco principal a diminuição do papel do Estado e diminuição dos gastos públicos com políticas sociais segunda a autora “ As correntes neoliberais insistem em ligar a crise do Estado em países desenvolvidos às políticas de bem-estar social implementadas, desconhecendo que a ampliação da esfera pública e o fortalecimento do poder de regulação do Estado estavam ligadas ao enfrentamento dos efeitos do “mercado livre” (Costa pág. 03) .

A Reforma do Estado traz insegurança nas relações trabalhistas “a reforma do Estado atinge, no plano mais geral, o conjunto dos trabalhadores, quando um de seus pilares se assenta na desregulamentação das relações trabalhistas, privatizações e demissões. Por meio dessa desregulamentação, surge por exemplo, o contrato temporário de trabalho”(Costa pág. 14), esses contratos de trabalho são subempregos, precarizados e fragilização nos direitos trabalhistas trazendo insegurança no mercado de trabalho e menos contribuição ao sistema previdenciário, nesse período aumenta o número de desempregado que trabalham

como autônomos sem ter nenhum direito previdenciário simplesmente por não estar vinculado,

FHC foi um governo que preocupou-se com a questão monetária em detrimento de políticas sociais tendo somente o programa Comunidade Solidária como destaque na área social de seu governo, alterando constitucionalmente conquistas de proteção social como a reforma da previdência que valorizou mais a renda que o trabalho:

É o caso das propostas governamentais de reforma da previdência social, que desvinculam o acesso dos cidadãos a determinados benefícios e serviços de sua inserção no mercado de trabalho (formal ou informal), sem no entanto desvincular esse acesso da sua capacidade contributiva, tomando-se neste caso o cidadão em termos individuais. Com essa reforma, a previdência social, após ter sido alçada ao estatuto de seguridade social em 1988, retrocede por iniciativa do governo à concepção de seguro social, uma vez que passa a vincular o acesso diferenciado ao valor dos benefícios segundo a capacidade de poupança individual de cada um durante sua vida útil. (Cohn 1999 pág. 185)

Com a reforma não interessa a inserção ao mercado de trabalho, mas sim a capacidade de renda e pagamento, sendo permitido que autônomos e desempregados estejam vinculados a previdência para que mantenham a qualidade de segurado e possam usufruir dos benefícios previdenciários. A influência neoliberal que surgiu no governo Collor, se fortalece no governo FHC :

Em 1994, foi eleito o governo de Fernando Henrique Cardoso, cujo pilar básico era o Plano Real, que combinava o processo de abertura econômica com uma sobrevalorização do real sobre o dólar. Essa política teve como consequência um desequilíbrio nas contas internas e externas; um baixo nível de crescimento do produto industrial; um aumento de empregos precários, sobretudo no setor de serviços, responsável pela absorção da maior parcela da população economicamente ativa (PEA) excluída do setor industrial, com produtividade mais baixa e pagamento de salários menores. Neste período, os chamados setores bons, com empregos formalizados, passaram a empregar menos e essa tendência se agravou com o Plano Real: a indústria passou por um processo de reestruturação, o setor financeiro foi automatizado, as estatais privatizadas demitiram funcionários, e a administração pública iniciou um processo de redução de pessoal, através dos programas de demissão voluntária (PDV) e incentivo a aposentadorias etc. Houve aceleração no processo de precarização das relações de trabalho; aumento do trabalho assalariado sem carteira assinada ou por conta própria; aumento das diferenças sociais entre trabalhadores/ as quanto a salários, benefícios, tipos de contrato; insegurança de setores especializados quanto à manutenção do emprego e

direitos conquistados; aumento dos conflitos entre trabalhadores/as devido às diferenças de inserção no mercado de trabalho. ( ROCHA 2006 pág. 131)

Esse nosso modelo de política econômica , aprofundou a flexibilização trabalhista e surgiu novos desempregados há autores que concordam com as políticas adotadas por FHC e há os que discordem e desaprovem , mas podemos afirmar que houve avanços e retrocessos na década de 90, avanço como controle da inflação e estabilização da moeda , retrocessos como desestruturação da relação empregador/empregado e aprofundamento da questão social.

Em 1995 FHC encaminhou proposta de reforma da previdência sendo 4 anos de debate sendo que foi aprovada em 1998 “ao longo dos quatro anos de discussão da reforma, até sua efetiva aprovação , a emenda constitucional da previdência patinou na falta de clareza e objetivos do Palácio do Planalto” segundo Maria Nassif e um artigo do livro de Lamounier 2002 pág. 581 , prevalecendo medidas paliativas devido desgaste eleitoral que tal reforma surtiria devido impopularidade de algumas medidas propostas, surgiu na emenda nº 20 o fator previdenciário que leva em conta idade, tempo de contribuição e idade no IBGE que permitiu que reduzisse o valor dos benefícios, foi extinta aposentadoria proporcional para segurados novos , o governo não conseguiu extinguir com aposentadoria integral do servidor público , esta emenda manteve o regime próprio dos militares. O fator previdenciário” além de um efeito imediato , que seria o de reduzir o valor dos benefícios , espera-se dessa medida que retarde o fluxo de pedidos de aposentadoria segundo Nassif in lamounier 2002:588, sendo considerado uma das medidas mais importantes da Reforma Previdenciária.

No capítulo seguinte será abordado como foi o processo de Reforma da Previdência , uma das inúmeras Reformas do Estado ocorrida no governo Fernando Henrique Cardoso.

## **CAPITULO III**

### **3. INFLUÊNCIA DO NEOLIBERALISMO NAS POLÍTICAS PREVIDÊNCIARIAS**

Para entendermos as políticas impostas nos anos 90 é necessário entender o contexto da década anterior, os anos 80 é um período contraditório que ao mesmo tempo que o Brasil começa a passar pelo regime de redemocratização após longos 20 anos de ditadura militar , os movimentos sindicais que até então estavam fortalecidos , ocorrendo diversas conquistas sociais como ocorreu em 1988 , onde foi promulgado a Constituição Federal Brasileira e a Seguridade Social tendo como tripé a Saúde, Assistência Social e Previdência Social sendo um grande avanço nos direitos sociais após um período de fragmentação e focalização das políticas sociais que tornou um direito do cidadão, sendo que a Saúde e Assistência Social não são contributivos e a Previdência é seletiva e contributiva ou seja, todos tem direito a estar vinculado ao sistema previdenciário desde que contribuam regularmente com a previdência para ter direito aos inúmeros benefícios do INSS( Instituto Nacional de Seguro Social).

Nestes mesmos anos 80, vêm sendo acentuando as políticas econômicas de cunho neoliberal que tiveram seu auge na década de 90 devido crises dos movimentos sociais, crise fiscal do Estado devido hiperinflação, reestruturação do mundo do trabalho com desemprego massivo devido inovações tecnológicas que substituíram a mão de obra humana, a globalização, blocos multilaterais como Mercosul , fortalecimento de multinacionais em detrimento de pequenas e médias empresas , foi ocorrendo reestruturação produtiva no mundo do trabalho, o cidadão que tinha seu emprego estabilizado, era um assíduo contribuinte da previdência , devido a enorme concorrência e o avanço tecnológico, sendo que o homem foi substituído por máquinas , necessitou recorrer ao trabalho autônomo para sobreviver , nem sempre uma atividade que oferece segurança previdenciária , se não houver contribuição contínua do cidadão e nem garantias trabalhistas, ocorrendo a flexibilização do mundo do trabalho , aumento das terceirizações e trabalhos

temporários, ocorrendo um enorme problema para Previdência Social que vê diminuir seus contribuintes que sustentam a máquina previdenciária, sendo necessário que o Estado conduza reformas para evitar o déficit previdenciário. Nos países ocidentais em geral, e no Brasil em particular:

A dinâmica demográfica tem-se caracterizado por uma rápida queda da fecundidade, aliada a crescentes valores de expectativas de vida na data da aposentadoria. Em nosso país, por exemplo, a taxa de fecundidade total — número de filhos vivos tidos por mulher durante o ciclo reprodutivo — caiu de cerca de seis filhos/mulher na década de 50 para cerca de três filhos, na década de 80, provocando um acelerado envelhecimento da estrutura etária da população. Por outro lado, a alteração das estruturas familiares, com o progressivo desaparecimento da família estendida e a maciça entrada das mulheres na força de trabalho, modifica o panorama de demandas de proteção social, ao mesmo tempo em que exige a revisão dos próprios conceitos que norteiam a estruturação dos planos de benefício. Surgem novas formas de emprego: o trabalho autônomo, a terceirização e as profissões não-convencionais são alguns fenômenos que alteram profundamente o conceito de relação de emprego. Também as tecnologias poupadoras de mão-de-obra são uma constante em um mundo de mercados competitivos e globalizados. (OLIVEIRA et al 1997 pág. 01)

A questão trabalhista foi um dos fatores que influenciaram a referida reforma da previdência, as relações trabalhistas não eram mais as mesmas que na década de 70 onde havia uma relativa estabilidade aos trabalhadores, com inserção no mercado formal dessa população que aos poucos via a mão de obra humana substituída pelas máquinas que ao mesmo tempo que facilitava a vida da população, aumentava a quantidade de trabalhadores no mercado informal e ao desemprego, não podemos compreender a influência da reforma da previdência, sem entender a influência do neoliberalismo no mundo do trabalho. Segundo Antunes, “a classe trabalhadora hoje compreende a totalidade dos assalariados, homens e mulheres que vivem da venda da sua força de trabalho – a classe-que-vive-do-trabalho” (2004:336), ou seja homens e mulheres que não possuem os meios de produção vendendo sua força de trabalho ao capital que detém estes meios e que visa o lucro comprando a força de trabalho, porém com o esgotamento do Fordismo e do Taylorismo de acordo com Antunes:

“Com a retração do binômio taylorismo/fordismo, vem ocorrendo uma redução do proletariado industrial, fabril, tradicional, manual, estável e especializado, herdeiro da era da indústria verticalizada de tipo taylorista e fordista. Esse proletariado vem diminuindo com a reestruturação produtiva do capital, dando lugar a formas mais desregulamentadas de trabalho, reduzindo fortemente o conjunto de trabalhadores estáveis que se estruturavam por meio de empregos formais” (Antunes 2004:336).

Surgem os contratos temporários, trabalhos terceirizados, trabalhos informais tais como pedreiro, diarista, vendedor subempregos que não garantem estabilidade, ocorre o aumento da inserção do trabalho feminino porém com salários inferiores ao mesmo trabalhador que tenha o mesmo cargo que seja do sexo masculino, *“esta expansão do trabalho feminino tem, entretanto, um movimento inverso quando se trata da temática salarial, na qual os níveis de remuneração das mulheres são em média inferiores àqueles recebidos pelos trabalhadores, o mesmo ocorrendo com relação aos direitos sociais e do trabalho, que também são desiguais”* (Antunes 2004:338), geralmente cabe as mulheres os cargos que exige menos qualificação profissional e escolaridade. Segundo o DIEESE (2001) *“As mulheres ocuparam decididamente o mercado de trabalho nos anos 90. Mas este período foi difícil para todos os trabalhadores, pois foi marcado pelo alto desemprego, pela queda dos rendimentos e precarização dos postos de trabalho”*.

Outro fator na mudança do mundo do trabalho foi o setor de serviços, realizados por pessoas excluídas do mundo do trabalho formal acentuado nos anos 90 devido processos de privatizações e subordinação da gestão estatal a lógica do mercado e que se dedicam a atividades informais os famosos “bicos”, ocorre a dificuldade de inserção do jovem e dos idosos “de 40 anos” no mundo do trabalho, que não encontram oportunidade de vender sua força de trabalho ao capital que discrimina e exclui. “O mundo do trabalho atual tem recusado os trabalhadores herdeiros da “cultura fordista”, fortemente especializados, que são substituídos pelo trabalhador “polivalente e multifuncional” da era toyotista”(Antunes 2004:339), se formando o desemprego estrutural e populações inteiras em estado de miséria, sem segurança trabalhista, previdenciária e assistencial, nos anos 90 surgiu a denominação Terceiro Setor na qual empresas, sociedades deveriam atender aos anseios sociais da sociedade tirando do Estado este papel, parte da lógica neoliberal de diminuição do Estado, houve legislações das Oscip(Organização da Sociedade Civil e Interesse Público) materializado na lei 9.790 de 23/03/99, ocorrendo um incentivo a formação de Ongs( Organização Não-governamental) estas instituições realizam atividades de função pública:

O “Terceiro Setor” vem incorporando trabalhadores que foram expulsos do mercado de trabalho formal e passam a desenvolver atividades não-lucrativas, não-mercantis, reintegrando-os, este pode ser considerado seu traço positivo. Ao incorporar – ainda que de modo também precário – aqueles que foram expulsos do mercado formal de trabalho, estes seres sociais se vêem não mais como desempregados, plenamente excluídos, mas realizando atividades efetivas, dotadas de algum sentido social e útil. Mas devemos reiterar que essas atividades são funcionais ao sistema, que

hoje se mostra completamente incapaz de absorver os desempregados e precarizados. (Antunes 2004:340).

A mudança no mundo do trabalho afeta os direitos sociais básicos dos trabalhadores , se não extinguindo pelo menos fragilizando, fragmentando e permitindo que a população se torne vulnerável a lógica do mercado e do neoliberalismo, que no Brasil teve seu auge nos anos 90, principalmente no governo FHC e o sistema previdenciário foi duramente atacado por esta lógica quanto menos trabalhadores no setor formal menos pessoas contribuem para a previdência, sendo um dos fatores que influenciara a Reforma da Previdência, “quanto maior a informalidade da economia , menor a base de incidência efetiva das contribuições. E este fenômeno, como se sabe, ocorreu durante toda a década de 90” (BRASIL : 2003) .

O Brasil é um dos poucos países da América Latina que garantiu conquistas sociais importantes sendo materializado na CF/88 através do tripé formado pela Saúde, Previdência e Assistência Social “ O Brasil construiu, ao longo do século XX, um sistema de proteção social que é, certamente, um dos mais amplos da América Latina” (Araújo 2009:32), porém nos anos 90 houve a fragilização destes mesmos direitos sociais , “Assim é que a reforma dos sistemas de proteção social foi incorporada à agenda política na maior parte dos países latino-americanos desde os anos 1990, variando em ritmo e em intensidade, de um para outro, de acordo com a correlação de forças prevalecente em cada um deles”( Araújo 2009: 32), ou seja o modelo neoliberal aos poucos vai se manifestando suprimindo ou enfraquecendo direitos sociais conquistados na década anteriores:

o ímpeto reformista no Brasil e nos demais países latino-americanos durante a década de 1990 não constitui um fenômeno isolado. Deve ser visto no contexto da crise estrutural do capitalismo que se desenvolve desde os anos 1970, com desdobramentos (a) nos países centrais, que passam a conviver com taxas de crescimento bastante inferiores à média do pós-guerra e com elevadas taxas de desemprego; (b) nos países do antigo bloco socialista, com o fim da URSS e a falência do “socialismo real”; e (c) nos países da periferia do capitalismo, que vêem desmoronar seus projetos de industrialização autônoma. As chamadas políticas de ajuste neoliberais constituem, em larga medida, a resposta do capital a essa crise, num pacote que inclui, entre seus principais ingredientes, a desregulamentação das relações de trabalho, amplos programas de privatização e a abertura externa da economia. Todas essas iniciativas têm o objetivo de restaurar a rentabilidade do capital(Araujo 2009: 32).

Porém houve uma responsabilização do Estado pela crise, ocorrendo uma ideologização de que o mercado e a iniciativa privada seriam a solução para todos os males , sendo justificado pelos defensores do modelo do Consenso de Washington o ajuste fiscal, a previdência é um dos núcleos a serem atacados, a justificativa dos defensores da pró-reforma é o déficit da previdência defendido por autoridades governamentais, intelectuais e pela mídia “ argumenta-se que o impacto do déficit sobre as contas públicas comprometeria a conquista de uma estabilidade inflacionária duradoura e a retomada sustentada do crescimento econômico”(Araújo 2009:33) , tudo em nome da estabilidade da moeda e do controle da inflação, que teve relativo sucesso em 1994 durante o governo Itamar Franco com o então ministro da Fazenda FHC que desde o Real o governo “Desde a implantação do Plano Real, em 1994, o governo federal preocupou- se em criar mecanismos que rompessem com a idéia de uso exclusivo pela seguridade social dos recursos a ela constitucionalmente destinados “(Araújo 2009: 34) , de fato a previdência está em desequilíbrio financeiro gerando um déficit porém “o problema com esse conceito de déficit, conforme apontado por diversos autores, reside em que ele não leva em conta o conjunto das receitas que, constitucionalmente, deveriam ser alocadas para a seguridade social “(Araújo 2009:33), ou seja se o recurso da seguridade está tendo outro destino senão a própria seguridade é claro que irá se desenvolver um déficit da previdência intencionalmente ou não provocado pelo governo sob influência neoliberal e seus ideólogos.

Um argumento é corrigir a injustiça do sistema previdenciário, havia dois regimes básicos o RGPS (Regime Geral da Previdência Social) pago aos trabalhadores da iniciativa privada que é administrado pelo INSS. E o RPPS ( Regime Próprio da Previdência Social) pago aos servidores públicos civis e militares e regidos pelo Estado

“Alega-se que a existência de regimes diferenciados reforça a desigualdade de renda, ao privilegiar os servidores públicos em detrimento dos trabalhadores do setor privado, sem mencionar o enorme desequilíbrio financeiro que caracteriza os regimes próprios”(Araújo 2009:33).

Um terceiro argumento refere-se a mudança da estrutura etária brasileira, onde a população idosa vem aumentando sua expectativa de vida enquanto mais pessoas em idade laborativa estão no mercado informal fora do sistema previdenciário e sem condições de sustentar o benefício pago a população

aposentada, ao mesmo tempo que ocorria a diminuição da natalidade se comparando com outras décadas de acordo “a reforma é tida como indispensável no novo contexto de economia mais aberta, em que o aumento da competitividade externa se converte em necessidade imperiosa. A redução do peso das contribuições sociais é apontada, então, como um dos meios mais eficazes para atingir esse objetivo”(Araújo 2009:33), uma clara influência neoliberal com objetivo de desonerar empresas de pagar contribuições sociais para que estas se tornem mais competitivas , é o Estado desobrigando de oferecer proteção social em toda sua essência, estimulando a previdência privada em bancos para os que tivessem interesse em contribuir de forma individual , fragmentando o regime de solidariedade do sistema previdenciário, “a busca do equilíbrio financeiro do sistema se dá claramente às *custas* de objetivos sociais mais amplos a que a Previdência deveria atender, dado o seu potencial redistributivo” (Araújo 2009: 36)

O conceito de previdência social surgiu desde 1923 com a Lei do Deputado Eloy Chaves (Decreto-Lei nº 4.682, de 24 de janeiro de 1923) que criou as caixas de pensões para ferroviários profissão extremamente importante para época em que o café era principal economia brasileira como relata Oliveira (1997:06-07):

*pode ser considerada, efetivamente, o ponto de partida do sistema previdenciário brasileiro. Esta lei determinava a criação de caixas de aposentadorias e pensões nas empresas ferroviárias existentes na época. Cada empresa possuía uma caixa destinada a amparar seus empregados na inatividade. Ela marcava o início da fase de vinculação por empresa, caracterizada pelo pequeno número de segurados — algumas vezes o mínimo indispensável para o funcionamento nos moldes adotados — e pela multiplicidade de instituições .*

Em 1930 surgiu o Ministério do Trabalho sendo que a previdência ganha maior importância na esfera estatal , surgindo no governo Vargas os Institutos de Caixas e pensões que centraliza as caixas de pensões de diversas profissões no Estado, e desde então foi firmado a centralização da previdência na esfera federal, atualmente o órgão executor dos benefícios é o INSS , porém a Previdência brasileira é um regime geral de repartição simples. Os contribuintes ativos de hoje pagam pelos inativos de hoje, na esperança de que novas gerações de contribuintes venham a fazê-lo quando passarem para a inatividade, gerando um círculo de dependência ou seja conforme for diminuindo os ativos como conseguir pagar aposentadorias dos inativos , essa é uma pergunta que a sociedade e o

governo devem responder, como equilibrar as contas previdenciárias.

Em 26 de agosto de 1960 surge a Lei Orgânica da Previdência Social e 1966 é criado o INPS ( Instituto Nacional de Previdência Social) e nos anos 90 o INSS, a previdência tornou-se uma política pública administrando um dos maiores políticas de assistência social do mundo o B.P.C .

Há alguns fatores principais que impõe como necessária a Reforma da Previdência é a mudança demográfica , ocorrendo o aumento da expectativa de sobrevida e a diminuição da taxa de fecundidade segundo NAJBERG( pág. 268) “ *A redução da taxa de fecundidade contribui para que existam menos contribuintes no sistema, tornando cada vez menor, em termos relativos, o número de indivíduos que sustentam o pagamento dos atuais beneficiários do sistema.*”, há o fator da mudança no mundo do trabalho ,inserção da tecnologia nas indústrias, o aumento de bônus e gratificações que não requer contribuição , segundo NAJBERG( pág. 269) “*Agravando ainda mais a queda na arrecadação da previdência, constata-se uma tendência de remunerar o trabalhador formal com menor salário fixo e com participação nos lucros através de gratificação, bônus ou dividendos, sem que haja incidência de contribuição tanto do empregado quanto do empregador*”, . O governo FHC criou a Emenda nº20 em 1998 é uma série de medidas constitucionais para amenizar o problema da previdência social, e a denominada “Reforma da Previdência”.

### **3.1 REFORMA DA PREVIDÊNCIA: EMENDA Nº 20 DE 1998**

Na emenda nº 20 umas das principais modificações foi na mudança do nome de Tempo de Serviço que vigorava até 1998 para Tempo de Contribuição como critério de concessão de aposentadoria por tempo de serviço segundo NAJBERG ( pág 271) “*Essa alteração permite vincular o recebimento de benefício à realização efetiva de contribuições. Também contribui para uma redução na evasão do regime, já que a previdência apenas pagará o benefício para aqueles que comprovarem o tempo mínimo de contribuição. Anteriormente,o trabalhador que apresentasse documentação comprovando anos de serviço, mesmo sem contribuição à previdência, tinha assegurado o benefício*”. Ocorreu a partir da emenda nº 20 a

extinção da aposentaria proporcional por tempo de serviço , mudança na regra no cálculo de benefício, fim da aposentadoria especial para professores universitários e aeronautas , a restrição na concessão de isenção da contribuição patronal a entidades filantrópicas,o limite mínimo de idade para a aposentadoria por tempo de serviço dos servidores públicos em 60 anos para homens e 55 para mulheres, o regime misto para os novos ingressantes na administração pública, a definição de um valor máximo para as aposentadorias especiais, a seletividade na concessão do salário-família e do auxílio-reclusão, sendo recebido apenas por famílias de baixa renda, a criação de fundos de previdência complementar de caráter voluntário para os servidores públicos.

A reforma Previdenciária ao mesmo tempo que foi um avanço para equilibrar as contas financeiras da previdência, fragmentou direitos sociais da população trabalhadora sob a égide do neoliberalismo e da redução do Estado na Previdência , estimulando que a população procure a previdência privada e complementar para que possa obter aposentadoria, há os que defendam tal reforma e quem acuse de ser um instrumento a serviço de governos neoliberais, conforme NAJBERG( pág 273) “Em geral, observa-se uma tendência à participação do setor privado nos sistemas originalmente públicos e uma preferência por regimes de capitalização, em vez do de repartição.”.

O modelo Chileno é um exemplo de previdência privada por meio da capitalização puro em outras palavras a privatização do sistema previdenciário público para a iniciativa privada sendo que o Estado cumpre papel apenas regulatório implantando pelo na ditadura do General Pinochet e que extinguiu as contribuições dos empregadores , porém segundo NAJBERG observou que este modelo não foi exatamente um sucesso na América Latina :

*“ Ao contrário do esperado, nos últimos anos a rentabilidade do mercado financeiro,especialmente do mercado acionário, foi bastante negativa na América Latina. As contas individuais tiveram perda expressiva e muitos dos que se aposentaram recentemente no Chile, por exemplo, apenas conseguiram assegurar uma renda menor que a mínima garantida pelo governo. Assim, além de ter aberto mão das contribuições, o governo chileno foi forçado a elevar os gastos da assistência social.(NAJBERG pág 274:275)*

A lógica neoliberal de mínima intervenção estatal e permitir que a iniciativa privada administre políticas públicas e diminuindo os gastos sociais , permitindo que a própria pessoa escolha se deseja contribuir ou não para previdência como ocorre

no Chile que é um clássico exemplo da influência neoliberal nas políticas previdenciária , no Brasil este regime chileno não teria condições de ser bem sucedido pela nossa grande população, pelo dimensão continental do país e que se fosse facultativo grande parte da população brasileira não iria contribuir , não tendo renda na velhice e recorrendo a assistência social do Estado conforme o autor:

A discussão sobre a necessidade de se adotar um sistema de contribuição compulsória leva a um falso dilema. O argumento a favor de uma contribuição voluntária seria que o trabalhador teria maior liberdade para, segundo suas preferências intertemporais, optar pelo consumo presente ou futuro. Entretanto, se a filiação a um sistema de previdência fosse deixada ao sabor de preferências individuais, provavelmente ocorreria uma *seleção adversa*, na qual apenas os indivíduos de maior renda contribuiriam, enquanto os de menor renda optariam pelo consumo presente. Ao atingir uma certa idade, já com perda na sua capacidade laborativa, esse indivíduo não teria recursos suficientes para prover o sustento de seu grupo familiar. A sociedade teria, então, que alocar recursos adicionais para a assistência social, sobrecarregando o papel do Estado e suas instituições. A contribuição deve ser compulsória, sendo o seu valor uma função do desenho que se queira implementar. (NAJBERG pág 281-82)

Ao invés de diminuir o papel do Estado como prega o neoliberalismo seus efeitos podem ser adversos, com o aumento do papel do Estado e da assistência Social para indivíduos que deixaram de contribuir para previdência. Segundo Ramalho “ As Políticas neoliberais implementadas nos últimos anos na América Latina tem causado impactos sobre a organização dos trabalhadores” (SADER 2008: 125) ocasionando flexibilização das condições de trabalho ,diferenciação das relações entre as centrais sindicais e o empresariado que segundo Ramalho “pode-se dizer que o movimento sindical brasileiro da década de 90 não é o mesmo dos anos 70 e 80”( SADER 208:127).

Embora o sistema previdenciário brasileiro, comparativamente aos da maior parte dos países latino-americanos, tenha um porte razoável, é imperiosa a necessidade de uma outra reforma da Previdência, fora dos cânones do neoliberalismo e em absoluto contraste com os parâmetros que orientaram as mudanças realizadas sob sua chancela. Em primeiro lugar, há o fato de que a cobertura previdenciária ainda é bastante restrita. Depois, há o problema do baixo valor dos benefícios. Observe-se que as reformas neoliberais não contribuíram em nada para resolver esses problemas. No caso do valor dos benefícios, isso iria de encontro à sua intenção declarada de comprometer o Estado apenas com uma previdência “básica.(Araújo 2009: 39)

Nesta pesquisa iremos apresentar o visão do Ministro da Previdência Reinold Stephanes na era do governo FHC e suas motivações segundo

Stephanes”tecnicamente construídos ou não, os sistemas previdenciários são sensíveis às decisões e aos cenários em que vão se formando. Afinal qualquer medida adotada afeta a atual e as próximas gerações” (1999:5), conforme o autor os sistemas previdenciários são frágeis as conjunturas econômicas e políticas, sendo que as políticas neoliberais de FHC foram um fator determinante para aprovação da referida emenda nº 20 , “a medida que as conjunturas se modificam , surge a necessidade de interferir no sistema com pequenos ajustes, mudanças maiores ou eventualmente uma reforma em vários graus”(Stephanes 1999:6), com a globalização ,a flexibilização no mercado de trabalho , maior participação feminina no mercado de trabalho ocasiona necessidade de reformas devido mudanças conjunturais. Os fatores que mais foram utilizados no argumento governamental foi a questão do envelhecimento da população e a mudança na pirâmide etária, está aumentando os beneficiários da previdência e na mesma proporção diminui os trabalhadores da ativa muitos inseridos no mercado informal e como autônomos.

Stephanes coloca que a cada alteração conjuntural como por exemplo a entrada da mulher no mercado de trabalho, alteração de emprego e renda , alteração na pirâmide etária é necessário os reajustes “a medida que as conjunturas se modificam , surge a necessidade de interferir no sistema com pequenos reajustes, mudanças maiores ou eventualmente uma reforma em vários graus”(1996:6).

A política neoliberal que foi predominante nos anos 90 promoveu alterações no mercado de trabalho, no estilo de vida das famílias e como consequência nas políticas sociais e previdenciárias, mas será que era preciso a reforma da previdência? Será que não poderia ter sido realizado de outra forma? Por quanto tempo o sistema previdenciário vai agüentar pagar seus aposentados , são perguntas que há divergências entre os analistas previdenciários e que somente o futuro pode responder, enquanto isso iremos analisar a conjuntura e o que levou a Reforma.

A previdência brasileira dividi-se em: Regime Geral da Previdência Social administrado pelo INSS e Regime próprio dos servidores públicos de todos os poderes. Para Stephanes com a estabilização do real no governo FHC acentuou o problema da receita previdenciária , gerando um crescimento de despesa segundo o autor “a previdência social era uma grande sócia da inflação , primeiro porque chegava a ter 18% de suas receitas financeiras oriundas de aplicações do mercado

financeiro”(1996: 48).O até então Ministro da Previdência demonstra as razões para reforma na ótica governista, para Stephanes a reforma procurou preservar:

- a manutenção de um regime geral, universal público para os trabalhadores da iniciativa privada, limitando a um teto previsto de R\$ 1.200, correspondente à dez salários mínimos , à época e estimulando regimes complementares para os que ganham mais do que o limite;
- um regime para os servidores do setor público civis e outro para os militares;
- adoção do principio da equidade contributiva, inclusive com eliminações de isenções;
- adoção de idade mínima para aposentadoria;
- manutenção de aposentadorias especiais exclusivamente em função de condições que prejudiquem a saúde ou a integridade física;
- consideração de fatores demográficos na evolução;
- consideração de fatores atuariais na sua sustentação;
- redução de distorções , privilégios lapsos legais . O objetivo era eliminá-los , porem se conseguiu apenas reduzi-los substancialmente ,restando questões a serem consideradas no futuro ;
- vinculação de recursos à Previdência Social (identificação de fontes e usos específicos para financiamento do sistema , de acordo com o modelo universal( 1996:76)

Para Stephanes a previdência na sua origem não prezou pela universalização quando Eloy Chaves em 1923 criou caixas de pensões para determinadas classes, para o autor “ assim boa parte da ampliação da cobertura feita enorme do principio da universalização , realizou-se sem maiores preocupações com o equilíbrio econômico-financeiro. ( 1996 pág78).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com objetivo proposto nesse Trabalho de Conclusão de Curso o objetivo proposto qual a influência do neoliberalismo na política previdenciária brasileira nos anos 90 , podemos analisar que houve sim forte influência da ideologia neoliberal nas políticas de Estado principalmente no governo FHC em sua Reforma do Estado, tendo a Reforma da Previdência como principal expoente desta influência. No contexto da Reforma do Estado coube a previdência ser ajustada aos novos tempos, em uma época em que o mundo do trabalho estava modificado devido a globalização, a era do trabalho formal , pois a estabilidade estava sendo substituída por trabalho temporário , essa precarização do trabalho formal foi uma clara consequência das influências neoliberais que vários países da América Latina adotavam em sua política de governo, não sendo diferente no Brasil.

Essa Reforma da previdência veio enfraquecer a lógica de Seguridade Social garantida na Constituição Federal de 1988 que teria como objetivo designar uma forma ampliada de proteção social, porém a referida Reforma embora necessária devido as consequências do neoliberalismo no mundo do trabalho, reduziu a previdência a lógica de um seguro social, como no caso da aposentadoria de contribuição focando somente a renda e não o tempo de serviço como era antes da reforma , o Estado não se responsabiliza mais pelo pleno emprego , mas somente por quanto aquele trabalhador pode pagar independente se ele tem ou não um trabalho ou um emprego, enfraquecendo os direitos sociais do cidadão.

A referida reforma proporcionou uma sobrevida a questão previdenciária , porém não resolveu a situação que está sendo postergada a gerações futuras resolverem , tendo em vista que a população está envelhecendo e haverá mais inativos do que ativos no futuro. Mas até que ponto podemos fragilizar a seguridade social para manter o capital fortalecido, observamos que há um estímulo crescente a previdência privada para que o Estado não tenha despesas com essa política pública assegurada em lei. A Reforma da Previdência tem suas consequências até hoje. Para compreensão de políticas sociais é necessário a compreensão da conjuntura econômica e política daquele período pois são duas faces da mesma

moeda que se intercalam fortalecendo ou diminuindo os direitos sociais e por conseqüente as políticas públicas.

Embora muitos governantes se dizem pragmáticos na condução de suas políticas de governo , a questão ideológica influi para priorização de agendas de governo, na condução de políticas estatais , políticas e econômicas se estendendo a todo um sistema de governo .

As ações governamentais devem ser compreendidas em sua totalidade , para entender o que está acontecendo nas políticas de saúde, previdência, assistência social, educação entre outros. A ofensiva neoliberal surgida a década de 70 fragilizou o contrato social entre sociedade e Estado, tendo implicações diretas no sistema de Seguridade Social não somente no Brasil mas em toda América Latina. A proteção social ficou focalizada, restritiva, fragmentada. O sistema de emprego e trabalho tem relação direta com o previdência, pois quanto mais pessoas no mercado informal sem contribuição, significa mais pessoas desamparadas pelo sistema previdenciário, se direito algum a nenhum benefício do INSS, fragilizando sua cidadania.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, R; ALVES. G . *As mutações do mundo do trabalho na era da mundialização do capital* . *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004

BRASIL: Ministério da Previdência. *Emenda Constitucional* . Nº20/1998.

BRASIL. Ministério da Previdência. *Base de Financiamento da previdência social: alternativas e perspectivas*. Coleção Previdência Social Serie de Estudos Volume 19. Brasília .2003

COHN, A. *As políticas sociais no governo FHC*. *Tempo Social. Rev. Sociol. USP*, São Paulo, 11(2): 183-187, out 1999( editado em fev. 2000).

COSTA, C, da . *Reforma do Estado e impactos nas relações de trabalho*. Disponível em: (<http://www.fafich.ufmg.br/nesth/IIIseminario/texto19.pdf>) acessado dia: 16/10/2011.

DIEESE. *A situação das mulheres em mercado de trabalho metropolitano*. Boletim DIEESE Edição Especial; 1. São Paulo, 2002. 68p.

FILGUEIRAS, L. . *O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico*. Disponível em : (<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/basua/C05Filgueiras.pdf>) acesso dia : 17/10/2011.

FREITAS, M; Prates, . *A abertura financeira no governo FHC: impactos e consequências*. *Economia e Sociedade, Campinas*, (17): 81-111, dez. 2001.

LAMOUNIER, B; FIGUEIREIRO, R(org). *A era FHC um balanço* . 2002. São Paulo:Cultura Editores Associados

MELO, M.A. *Escolha Institucional e a Difusão dos Paradigmas de Política: O Brasil e a Segunda Onda de Reformas Previdenciárias*. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 47, no 1, 2004, pp. 169 a 206.

NAJBERG, S ; IKEDA, M. *Previdência no Brasil: Desafios e Limites*. BNDS . Disponível :  
([http://www.bndespar.com.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes\\_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/livro/eco90\\_08.pdf](http://www.bndespar.com.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/livro/eco90_08.pdf)) acessado dia: 17/10/2011.

NEGRÃO, J. *Para Conhecer o Neoliberalismo*. 1998. São Paulo :Editora: Publisher Brasil.

OLIVEIRA , F. E. B; BELTRÃO, K.I; FERREIRA, M.G. *Reforma da Previdência*. 1997. Rio de Janeiro Texto para discussão nº 508: IPEA Disponível em :  
(<http://www.ipea.gov.br/pub/td/td0508.pdf>) acesso dia : 20/10/2011.

PAIM , A ; PROTA, L; RODRIGUEZ, R.V . *O Liberalismo*. Instituto de humanidades/ curso autônomo. Disponível em :  
([http://www.institutodehumanidades.com.br/curso\\_atonomo/liberalismo.pdf](http://www.institutodehumanidades.com.br/curso_atonomo/liberalismo.pdf)) acesso dia: 18/10/2011.

PEREIRA , L. C. B . *A Reforma do Estado dos anos 90: Lógica e mecanismo de controle*. 1997. Ministério da Administração e Reforma do Estado . Brasília. Disponível em:  
([http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/publicacao/seges/PUB\\_Seges\\_Mare\\_caderno01.PDF](http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/publicacao/seges/PUB_Seges_Mare_caderno01.PDF)) acessado dia 20/10/2011.

ROCHA, M. C. da. *As políticas neoliberais implementadas no Brasil nos anos 90 e as repercussões na vida das trabalhadoras*. 2006. Disponível em :  
(<http://www.ieg.ufsc.br/admin/downloads/artigos/01112009-011321rocha.pdf>)  
acessado dia 19/10/11.

SADER, E. et All. *As políticas sociais e o Estado democrático. Pós Neoliberalismo*. 2008. 8ª edição, São Paulo: Editora Paz e Terra.

SILAMES, T. R; NUNES, F. 2007 Liberalismo versus republicanism: notas sobre o conceito de liberdade . *Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC. EmTese: Vol. 4 n. 1 (1), agosto-dezembro/2007, p. 65-84*.ISSN 1806-5023. Disponível em ( [http://www.emtese.ufsc.br/vol4\\_art4.pdf](http://www.emtese.ufsc.br/vol4_art4.pdf)) acessado dia : 20/10/2011).

STHEPANES, R. *Reforma da Previdência, sem segredos*. 1999. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora Record.

THOMPSON, J. B. *Ideologia e Cultura Moderna : Teoria Social Critica na era dos meios de comunicação em Massa*. 1995. 6ª edição: Editora Vozes.